

## **A CONTRIBUIÇÃO DE MARCOS KAPLAN AO DEBATE MARXISTA SOBRE O ESTADO NA AMÉRICA LATINA**

### **MARCOS KAPLAN'S CONTRIBUTION TO THE CRITICAL DEBATE ON THE STATE IN LATIN AMERICA**

Leonardo Granato<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Nas décadas de 1970 e 1980, em meio à disseminação das ditaduras e ao aprofundamento da dependência externa nas formações sociais da América Latina, tiveram lugar profícuas contribuições ao debate marxista sobre o Estado das referidas sociedades. Intelectuais como Agustín Cueva, Norbert Lechner, René Zavaleta e Marcos Kaplan reivindicaram o estudo do Estado capitalista na América Latina como objeto de reflexão. Neste trabalho, por meio de uma análise bibliográfica, buscamos resgatar as principais contribuições, ao debate em questão, do referido autor Marcos Kaplan, em particular. A partir de um diálogo com a produção intelectual do autor mais representativa dentro do recorte temático proposto, inicialmente discutimos a abordagem histórico-estrutural defendida pelo autor para o estudo crítico do Estado periférico e dependente na América Latina. Posteriormente, recuperamos os traços mais marcantes da periodização da trajetória da instituição estatal na América Latina formulada por Kaplan.

**Palavras-chave:** Marcos Kaplan; Estado; América Latina; Marxismo

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), lotado no Departamento de Ciências Administrativas - Área de Administração Pública e Social da Escola de Administração (EA). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Coordenador Adjunto da Especialização Lato Sensu em Relações Internacionais: Geopolítica e Defesa. Coordenador do Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina (NEPEC), grupo de pesquisa sediado na EA e associado ao referido Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e ao Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV). Desde 2020, como parte de suas atividades no Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), integra a equipe de editores da Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, publicação semestral do referido núcleo de pesquisa. Entre 2017 e 2020, integrou a Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, tendo atuado como Coordenador Substituto no biênio 2019-2020. Além de ter sido docente em universidades de Argentina, Uruguai e Espanha, acumula experiência na gestão pública, tendo desempenhado cargos técnicos na Administração Pública Nacional da Argentina, no âmbito dos ministérios da Economia e da Segurança. Possui doutorado em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado em Direito da Integração Econômica pela Universidad del Salvador, Argentina, e graduação em Direito pela Universidad de Belgrano, Argentina. Atualmente, pesquisa temas relacionados à natureza e às funções do Estado no capitalismo, com destaque para o caso do Estado latino-americano; ao desenvolvimento socioeconômico, à inserção externa e à integração na América Latina, com ênfase nos casos dos países do Cone Sul e do Mercosul; e às relações entre Estado e bloco no poder no Brasil e na Argentina.

### **Abstract**

In the 1970s and 1980s, amid the spread of dictatorships and the deepening of external dependency in Latin America, there were fruitful contributions to the Marxist debate on the State in Latin American societies. Intellectuals such as Agustín Cueva, Norbert Lechner, René Zavaleta and Marcos Kaplan reclaimed the study of the capitalist State in Latin America as an object of reflection. In this paper, based on a bibliographical analysis, we seek to retrieve the main contributions to the debate on State by the aforementioned author Marcos Kaplan. Developing a dialog with the author's most representative intellectual production within the proposed thematic area, we initially discuss the author's historical-structural approach to the critical study of the peripheral and dependent State in Latin America. Subsequently, we discuss the most striking features of Kaplan's periodization of the trajectory of the State in Latin America.

**Keywords:** Marcos Kaplan; State; Latin America; Marxism.

### **INTRODUÇÃO**

Historicamente, a questão sobre o Estado nas sociedades da América Latina tem tido uma presença indireta nos debates do pensamento social latino-americano vinculados, fundamentalmente, à problemática do desenvolvimento capitalista na região. Avançada a década de 1960, à luz de diversos acontecimentos históricos e de uma atualização do debate marxista sobre o Estado na Europa, teve lugar na região toda uma literatura de cunho crítico. Esta, diante da problemática do autoritarismo e dos novos regimes militares e da inserção externa dependente da região na etapa de acumulação de capitalismo monopolista, promoveu uma renovação da discussão ao reivindicar o Estado latino-americano como objeto de reflexão e análise crítica (GRANATO, 2021).

Buscando contribuir à disseminação, na atualidade, das discussões dos autores envolvidos no debate em questão, propomos resgatar, neste trabalho, algumas das formulações basilares do intelectual argentino, naturalizado mexicano, Marcos Teodoro Kaplan Efron (1926-2004). Assim como Agustín Cueva, Norbert Lechner e René Zavaleta Mercado, entre as décadas de 1970 e 1980, Kaplan participou ativamente da referida renovação da discussão sobre o fenômeno estatal na região. Em função da vasta obra do autor<sup>2</sup>, optamos por recuperar, aqui, alguns elementos de cunho teórico, referentes à abordagem do autor para o estudo do político na periferia capitalista latino-americana, bem como outros elementos de caráter histórico, relativos à periodização da trajetória da instituição estatal na América Latina.

---

<sup>2</sup> Para a bibliohemerografia de Kaplan, veja-se Becerra-Ramírez (2005a, pp. 135-157).

Marcos Kaplan, que integrou a primeira geração de cientistas sociais argentinos precursores da chamada “Sociologia de Cátedra”, é também considerado um dos mais relevantes cientistas sociais latino-americanos do fim do século XX. Com uma adolescência e uma juventude marcadas pelos conturbados cenários mundial e argentino da primeira metade do século XX, formado em Direito na Universidade Nacional de La Plata e doutorado em Direito e Ciências Sociais na Universidade de Buenos Aires, Kaplan iniciou sua carreira docente e de pesquisa nessa última instituição, onde permaneceu até migrar ao Chile, em virtude do regime ditatorial que vigorou na Argentina entre 1966 e 1970 (Kaplan, 1999).

Vinculado à Universidade de Chile, Kaplan, como lembra Becerra-Ramírez (2005b), soube fazer da “etapa chilena” um período de grandes conquistas e avanços intelectuais, dentre os que se destaca a publicação, em 1969, do livro *Formación del Estado nacional en América Latina*, um dos seus estudos mais importantes e difundidos nos países da região e de outros continentes<sup>3</sup>. Depois de uma breve passagem pela sua Argentina natal entre 1970 e o início de um novo período ditatorial que se materializaria em 1976 (e impedido de voltar para o Chile, onde já se havia instalado a ditadura de Augusto Pinochet, em 1973), em 1975 Kaplan migrou para o México e ingressou na Universidade Nacional Autônoma do México, onde desenvolveu frutíferas pesquisas e permaneceu até seu falecimento.

Os estudos de Kaplan aqui referenciados não remetem a uma seleção exaustiva, nem, necessariamente, a uma cronologia estrita. Antes, optamos por desenvolver um diálogo com a produção intelectual do autor mais representativa dentro do recorte temático proposto. Assim, o trabalho, baseado em análise bibliográfica, está dividido em duas grandes partes. Na primeira seção, buscamos apresentar algumas considerações acerca do esquema teórico-analítico formulado por Kaplan para o estudo do Estado periférico e dependente na América Latina, esquema esse que ele mesmo chama de abordagem histórico-estrutural. Na segunda parte, propomos recuperar os traços mais marcantes da periodização do Estado na América Latina formulada pelo autor.

## O ENFOQUE HISTÓRICO-ESTRUTURAL

Ainda que a abordagem histórico-estrutural defendida por Kaplan para discutir criticamente a questão do Estado nas formações sociais latino-americanas seja por ele retomada em diversas publicações, é nos livros *Estado y Sociedad* (1978) e *Aspectos del Estado en América Latina*

---

<sup>3</sup> No Brasil, a referida obra bibliográfica foi publicada, em 1974, pela Livraria Eldorado Tijuca (Rio de Janeiro), e a tradução à língua portuguesa esteve a cargo de Lygia Maria Baeta Neves.

(1981) onde tal arcabouço pode ser encontrado de forma mais condensada. Kaplan (1987) definia seu enfoque como totalizador, concreto e dinâmico, em contraposição a um enfoque caracterizado como restritivo, formalista e estático.

No enfoque restritivo, formalista e estático, a análise sobre o Estado é atravessada, segundo o autor, pela

[...] preocupação predominante por promover fórmulas e estruturações que garantam a coerência, a estabilidade, o equilíbrio, a autorregulação, a conservação da ordem, a preservação das condições de dominação e exploração, em um país ou no mundo. Desigualdades e explorações, alienações e coações são comprovadas e mantidas como necessárias ou inevitáveis (Kaplan, 1981, p. 13, tradução livre).

Nesse enfoque, os cientistas sociais, segundo Kaplan, se atêm às aparências, e o Estado é tratado pelo que parece ou pretende ser. Esse enfoque encontra expressão, para o autor, em teorias fechadas e estáticas, “que fragmentam e simplificam a realidade, e limitam e degradam sua interpretação” (Kaplan, 1981, p. 13, tradução livre). As duas grandes variantes que Kaplan identifica como fazendo parte desse enfoque são o estrutural funcionalismo liberal e o marxismo dogmático.

Ao se referir ao campo do estrutural funcionalismo liberal, assentado na separação de política e economia, Kaplan expressa que, nesse campo, “o Estado parece ou resulta ser algo inexistente ou se declara natural sua forma atual, subtraindo-o do horizonte da teoria e da pesquisa empírica” (Kaplan, 1987, p. 35, tradução livre). Ainda nas palavras do autor, quando abordado, o Estado é tido como se “fosse um ente especial, superior, colocado fora do processo histórico-político e à margem das suas leis. O exame do Estado deixa de ser crítico e rigoroso à medida em que se coloca entre parênteses o contexto social dos processos políticos” (Kaplan, 1987, p. 36, tradução livre).

A definição de Estado é, no campo em tela, segundo o autor, apenas formal e limitada a explicar como esse conjunto de instituições funciona. Essa concepção está associada à ideia de que o Estado desempenha um papel de mediador neutral ou árbitro com agência suficiente para, através de suas funções de caráter universal, garantir o chamado bem comum público, sobrepondo-se a todo e qualquer conflito social, amortecendo-o e ocultando, assim, o caráter de classe do Estado. Contribui-se, assim, segundo Kaplan (1987; 1981; 1990), para o ocultamento e o desconhecimento do Estado capitalista, da sua natureza e existência, de seu papel e funções na totalidade social.

No que diz respeito à corrente marxista, Kaplan critica as interpretações dogmáticas onde, segundo ele, prevalece um determinismo reducionista e mecanicista-linear, expresso,

principalmente, na relação entre infraestrutura e superestrutura. Conforme o autor, na medida em que a superestrutura política é mecânica e rigorosamente determinada pela infraestrutura econômica, e em que o Estado é tido como mero instrumento da vontade política da classe dominante, a realidade própria, a autonomia e as especificidades do político são ignoradas (Kaplan, 1987; 1981; 1983).

Como alternativa, então, ao enfoque restritivo, formalista e estático, Kaplan defende o chamado enfoque totalizador, concreto e dinâmico, ou, também por ele intitulado de “histórico-estrutural”. Em primeiro lugar, para o autor, o estudo do Estado precisa ter como marco lógico de referência a totalidade social e como princípio a indissociabilidade entre política e economia. Como lembra Kaplan (1987; 1981), no capitalismo, “o político” e “o econômico”, longe de serem instâncias isoladas, são modalidades de práticas sociais que remetem a uma articulação específica, constitutiva de ambas as modalidades. Desse modo, segundo o autor, em um primeiro momento da pesquisa sobre a política e o Estado, em uma conjuntura histórica específica, os fundamentos da forma do Estado devem ser buscados no plano da infraestrutura socioeconômica. Essa abordagem é, entretanto, insuficiente, pois as determinações que dessa infraestrutura emergem não são mecânicas ou imediatas, e a dependência da superestrutura é sempre relativa. Trata-se, segundo o autor, em termos metodológicos, de

[...] explorar a natureza da relação dialética entre infraestrutura e superestrutura como dois momentos igualmente condicionantes e determinantes e, de modo geral, os laços e interações entre as diversas instâncias e polos geradores, estruturado-estruturantes, que configuram no conjunto e movimentam uma sociedade (Kaplan, 1981, p. 24, tradução livre).

Reforçando o fato de que a superestrutura expressa uma lógica e movimentos próprios e específicos, que a tornam igualmente determinante e condicionante com relação à infraestrutura socioeconômica, cumprindo papel ativo no processo histórico, o autor retoma a questão da totalidade ao afirmar que

[...] a realidade social é, assim, expressão da totalidade de forças e atividades humanas, de estruturas e processos que elas mesmas geram. As estruturas sociais resumem a totalidade dos atores e processos sociais, são definidas por eles e, por sua vez, os constituem e condicionam (Kaplan, 1981, p. 25, tradução livre).

Em segundo lugar, o estudo do Estado, no raciocínio do autor, precisa atentar para a especificidade do seu papel na formação social, em determinadas condições históricas. Assim, inicialmente, cabe esclarecer que a partir dos processos de produção econômica, a sociedade capitalista se apresenta para Kaplan (1981) como uma rede de relações hierarquizadas e de dominação entre classes, grupos e indivíduos, de estruturas de estratificação social complexas, contraditórias e dinâmicas. A contraposição básica se dá entre as classes dominantes e dominadas, questionando-se, assim, uma unidade da sociedade global, unidade essa que só o Estado poderá garantir. Na perspectiva do autor, “o Estado não é expressão de uma racionalidade transcendente ou imanente à sociedade. Advém dela, é seu produto, seu modo de expressão e de organização, seu resumo oficial e simbólico” (Kaplan, 1981, p. 49, tradução livre). O Estado assume a consciência, a racionalidade, o poder organizador e de coesão, a representatividade do interesse geral de uma sociedade dividida em classes, ancorada em um sistema de distribuição desigual da riqueza e do poder. Amortece os conflitos sociais e garante a ordem. O caráter dual e ambíguo do Estado fica, assim, retratado, para Kaplan (1981), no fato de tal Estado ser expressão de uma relação de dominação entre classes e grupos sociais materializada em um conjunto institucional que deve pretender e em parte atuar como árbitro, encarnação e realização da ordem, da justiça social e do bem comum.

Como lembra Kaplan, o Estado capitalista se instala socialmente como realidade objetiva e como instituição. Torna-se, assim, uma entidade cuja “separação”, em parte aparente e em parte real, com relação à sociedade, se justifica cada vez mais em função da complexidade crescente de suas funções referentes fundamentalmente, segundo Kaplan (1987; 1981) a institucionalização, legitimidade, consenso e legalidade; coerção social; educação e propaganda; organização coletiva e política econômica; relações internacionais. Dessa forma, a noção de autonomia relativa do Estado permite, no raciocínio de Kaplan, uma análise e compreensão mais férteis do funcionamento do Estado capitalista de modo geral, e latino-americano em particular, ao ressaltar que: i) as formas superestruturais, e especialmente o Estado, não constituem meros reflexos ou epifenômenos das estruturas socioeconômicas; ii) para cumprir suas funções orientadas à ordem e ao bem comum, o Estado deve se apresentar como uma instância relativamente autonomizada, independente e superior a todas as classes e grupos; iii) o papel real do Estado é inseparável de quem efetivamente o encarna, anima e administra, ou seja, um corpo burocrático autocentrado<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Inclusive, é a partir da referida noção de autonomia relativa que Kaplan chama a atenção para o intervencionismo estatal como traço histórico do Estado capitalista na região, como será visto na segunda parte deste trabalho.

Por fim, um outro aspecto que integra a chave analítica do autor para estudar o Estado diz respeito à dinâmica das condições ou determinações que advêm dos planos interno e externo. Tal aspecto assume um caráter fundamental no caso latino-americano, principalmente pela inserção dependente no mercado mundial e a heterogeneidade estrutural como condições constitutivas do Estado nas sociedades da região.

A dependência para Kaplan (1972) não é um elemento em si ou um mero fator externo a ser enfrentado, mas antes se trata do tecido de relações constitutivas no capitalismo, baseadas na dominação e subordinação de uns países por outros, assim como da modalidade específica que o desenvolvimento capitalista assume na nossa região. Trata-se de uma relação estrutural, na perspectiva do autor, na qual a América Latina está inserida internacional e nacionalmente, e, por conta disso, seu desenvolvimento é dependente, desigual e combinado. Segundo Kaplan

[...] na América Latina têm existido desde a época colonial [...] grandes diferenças tecno-econômicas, sociais, políticas e culturais entre regiões incorporadas em graus diferentes no sistema internacional; entre regiões relativamente desenvolvidas e atrasadas; entre zonas urbanas e rurais [...]. Ambos os polos da sociedade integram um mesmo processo histórico. São partes diferentes, mas inter-relacionadas e que interagem em um mesmo sistema capitalista dependente [...]. Resulta, assim, mais adequado falar não de dualismo estrutural, mas de desenvolvimento dependente, desigual e combinado (Kaplan, 1972, p. 62, tradução livre).

Assim como a referida inserção externa dependente, a heterogeneidade estrutural das sociedades latino-americanas, que se traduz em um equilíbrio instável de diversas estruturas produtivas e culturais capitalistas e pré-capitalistas sob dominância das primeiras, aparece, aqui, também, como um fator relevante para a interpretação do Estado que dessas sociedades emerge e opera. Kaplan chama a atenção, nesse sentido, para o fato de que ainda que a dependência externa constitua um aspecto decisivo na análise sobre o Estado, a dinâmica doméstica marcada pela referida heterogeneidade estrutural, supõe uma existência própria e concreta. Dessa forma, a dependência externa não apenas impacta a dinâmica interna, mas também é por essa última impactada. Segundo o autor,

[...] o dinamismo interno reflete e incorpora não apenas a ação das metrópoles e do sistema internacional, mas acrescenta, também, suas singularidades histórico-sociais, suas peculiaridades e mediações específicas, suas conjunturas e azares, passando em um só tempo a integrar e a alterar a composição, a orientação e o funcionamento dos agentes e forças de tipo externo (Kaplan, 1968, p. 208, tradução livre).

A dependência, assim concebida pelo autor como uma relação, como uma dialética entre forças de ordem externa e interna no capitalismo, é parte fundamental do arcabouço analítico kaplaniano, que, como já expresso, tem no preceito de autonomia relativa do Estado o seu núcleo central. Referente ao plano externo, tal noção de autonomia contribui para explicar, no entendimento do autor, o fato de que

[...] certas conjunturas internacionais, independentemente às vezes da vontade das metrópoles e dos grupos internacionais, possam gerar oportunidades e opções que são aproveitadas de diferentes maneiras pelos grupos hegemônicos e dominantes dos países latino-americanos para assumir um grau relativo de independência e um poder mais ou menos autônomo de decisão, e para tentar alterações significativas na orientação e na configuração das políticas internas e externas. Explicam, também, o fato de que o Estado na América Latina exerce no geral uma espécie de função mediadora e arbitral entre os grupos internos e externos, entre a sociedade nacional e as metrópoles, entre a dependência e a autonomia (Kaplan, 1972, p. 59, tradução livre).

Tal como ficou retratado no fragmento anterior, para Kaplan a dependência orgânica e estrutural das formações sociais na região deve ser pensada, também, a partir das possibilidades abertas em conjunturas históricas específicas para a ampliação da margem de manobra dos respectivos Estados. Apresentadas, assim, as que entendemos serem as noções fundamentais do esquema analítico de Kaplan para o estudo do Estado na América Latina, vejamos, na seção a seguir, alguns dos resultados do esforço do autor em combinar a análise estrutural e o enfoque histórico.

## **O ESTADO NA AMÉRICA LATINA: CARACTERIZAÇÃO E PERCURSO HISTÓRICO**

Nesta segunda seção, abordaremos alguns elementos da periodização do Estado latino-americano presente na obra de Kaplan, no entendimento de que o esforço intelectual do autor constitui uma relevante contribuição ao entendimento da natureza e das funções que o Estado tende a assumir na formação social latino-americana dependente, em determinadas condições históricas. Dentre as principais produções de Kaplan que dão conta do mencionado exercício intelectual de periodização, destacam-se, fundamentalmente, os já mencionados livros *Formación del*



*Estado nacional en América Latina*, e *Aspectos del Estado en América Latina*, dentre uma ampla variedade de outros trabalhos.

### ***A infância do Leviatã crioulo***

A “infância do Leviatã crioulo”, valendo-nos dos próprios termos do autor, tem sido tratada em estudos como Kaplan (1976; 1978; 1969). Propomos ressaltar, aqui, apenas alguns aspectos do robusto estudo histórico realizado por Kaplan a respeito do Estado, constituído a partir das independências dos países latino-americanos, durante os séculos XIX e inícios do XX. Tal como retratado nos estudos do autor (Kaplan, 1976; 1981), o processo de constituição e as funções do Estado nacional nos países da região vincularam-se à organização de sociedades com um modelo produtivo primário-exportador e dependente da Europa (com destaque para a Inglaterra) e dos Estados Unidos, e com uma forte concentração da riqueza e do poder na classe agroexportadora, em aliança com as metrópoles e suas empresas. Nesse sentido, afirma Kaplan, o Estado nacional oligárquico

[...] se constitui, se legitima e se regula juridicamente a si mesmo e à sociedade. Cria uma ordem político-militar e uma legalidade que regem a aquisição e o exercício do poder, o monopólio e a organização da violência legítima. Promove a garante a hegemonia do setor primário-exportador e seu controle do sistema produtivo; a reorganização da sociedade para a vigência do modelo escolhido de economia e desenvolvimento; o progresso da integração no sistema internacional (Kaplan, 1981, p. 73, tradução livre).

Segundo Kaplan, para a construção da ordem político-institucional que promovesse a integração do país e de um sistema de lealdades nacionais por cima dos particularismos regionais, as classes dominantes crioulas e seus intelectuais orgânicos importaram o modelo europeu e norte-americano de Estado nacional independente, centralizado, formalmente baseado na soberania popular e na democracia representativa, ainda que, como afirma o autor, no plano da realidade tal modelo tenha apresentado uma “vigência limitada ou fictícia” (Kaplan, 1981, p. 71, tradução livre). Na perspectiva kaplaniana, o sistema político garantido pelo Estado do período apresentou os traços quer de uma ditadura unificadora, quer de uma democracia de participação restringida, e a maioria da população careceu de uma proteção estatal efetiva. Dessa forma, para o autor, o modelo importado de organização político-administrativa da sociedade serviu fundamentalmente à fração hegemônica para consolidar seu poder através do “controle dos recursos e processos produtivos

do tipo agrário-exportador, das estruturas socioculturais fundamentais e das relações internacionais” (Kaplan, 1981, p. 72, tradução livre).

Para Kaplan (1976), já desde seus primórdios, o Estado nacional oligárquico na América Latina distou de ser passivo ou frágil, cumprindo as tarefas essenciais do poder político na sociedade. Em outras palavras, tal Estado sempre assumiu funções de transcendência nas áreas socioeconômico-produtiva e de política externa. Segundo Kaplan, em função da intervenção do Estado,

[...] o setor produtivo primário-exportador herdado da etapa colonial é inicialmente mantido sob controle relativamente autônomo da oligarquia, e depois convertido em atividade fundamental e em principal vínculo com as economias e Estados dos países avançados e com o mercado internacional (Kaplan, 1981, p. 75, tradução livre).

Assim, no período em questão, era o Estado que disponibilizava os recursos produtivos para o setor agroexportador e para os grupos nacionais e estrangeiros que o controlavam, favorecendo, por sua vez, a acumulação interna de capital. Por sua vez, através da política externa e da formalização de acordos bilaterais, e reforçando-se, de fato, a tendência histórica da América Latina à balcanização, o Estado oligárquico buscava “garantir o estreitamento dos vínculos com a metrópole, impedindo que nada interferisse em tais vínculos e tentando extrair deles o máximo proveito” (Kaplan, 1981, p. 76, tradução livre), partindo-se, sempre, da afirmação de uma suposta harmonia natural de interesses entre ambos os termos da relação, ainda que, evidentemente, tal entendimento não excluísse o surgimento de conflitos entre os Estados locais e as metrópoles – entretanto, conflitos esses sempre resolvidos, em última instância, a favor dessas últimas.

### *O Leviatã crioulo e o neocapitalismo tardio e dependente*

No período que vai de 1930 a 1980, Kaplan (1976; 1981) chama a atenção a todo um processo, em parte reformista, democrático e populista, de reconfiguração modernizadora do Estado na América Latina. Em função do crescimento econômico advindo do modelo primário-exportador, produziu-se um dinamismo na divisão social e regional do trabalho, na urbanização e nas formas espontâneas de industrialização, o que levou a uma diversificação da estrutura social marcada pela emergência das classes médias e o aumento das massas populares. Um certo reformismo, gradualista compatível com a ordem tradicional, foi levando a uma ampliação da democracia formal, bem como a uma renovação institucional. O Estado deu início, aqui, a um processo de robustecimento do seu aparelho, se apresentando:

[...] de modo mais intenso e explícito como representante da sociedade e árbitro entre classes e grupos. Limita o poder oligárquico tradicional e reforça o das classes médias. Canaliza, manipula e controla as classes trabalhadoras e populares através de uma combinação de concessões limitadas e de repressão sempre presente (Kaplan, 1981, p. 78, tradução livre).

Do ponto de vista externo, o período em tela tem como pano de fundo, grosso modo, os impactos da Grande Depressão de 1929, a ascensão e a consolidação dos Estados Unidos à hegemonia do sistema capitalista e em parte significativa do Terceiro Mundo, bem como a ascensão e a consolidação da União Soviética como potência do bloco socialista. A América Latina inseriu-se, aqui, diferentemente do passado, em uma nova relação de dependência, passando a integrar plenamente a esfera de dominação norte-americana. Conforme o nosso autor, no período em questão, as corporações multinacionais

[...] penetraram a indústria e o agronegócio, o comércio e as finanças, os serviços e o Estado; articularam-se com setores nativos pertencentes a diferentes classes; desempenharam um papel significativo na estruturação do modo de produção dominante e da formação social (Kaplan, 1981, p. 80, tradução livre).

Emergiu, aqui, ainda que instaurado em graus variáveis segundo os países e as conjunturas específicas, o que Kaplan chamou de um “neocapitalismo tardio, subdesenvolvido e dependente” baseado

[...] na estreita associação entre grandes empresas nacionais e internacionais; na produção especializada para a exportação e para um mercado interno emergente constituído por grupos urbanos de alto e médio níveis; no uso de mão de obra barata e submissa e no apelo ao protecionismo estatal; na redistribuição regressiva de renda; na dissociação entre crescimento econômico e desenvolvimento integral; na depreciação dos níveis de remuneração, consumo e bem-estar das massas; na vigência de uma ordem social e política que pressupõe e promove a falta de participação, a apatia e a submissão das maiorias; no convívio, no plano produtivo, de setores dinâmicos associados a empresas estrangeiras e de núcleo de economia capitalista arcaica (Kaplan, 1981, p. 80, tradução livre).

Do ponto de vista interno, o período em questão é descrito pelo autor como relativo a um processo de inter-relações complexas entre a decomposição das estruturas que deram fundamento e significado à dominação oligárquica e ao Estado burguês tradicional, e a implantação do novo

modelo de neocapitalismo tardio e dependente baseado em um padrão de crescimento econômico pela via da industrialização, mas sem revolução industrial. O novo Estado democrático e desenvolvimentista, que expressava a ascensão da burguesia industrial e comercial, converteu-se em empresário e organizador da produção, e em provedor de políticas e serviços públicos vitais.

Ao avanço e à consolidação da diversificação e complexificação da estrutura social, em um contexto de graus variáveis de democratização, somou-se, contudo, segundo o autor, a falta de coerência e ambição das classes médias para reivindicar um papel autônomo e para assumir um projeto próprio, assim como a carência de consciência de classe e de instrumentos autônomos de práxis coletiva das novas classes trabalhadoras urbanas (Kaplan, 1981). No contexto da referida estrutura social, Kaplan adverte que o funcionamento do supramencionado modelo neocapitalista garantido pelo Estado

[...] não surge nem opera para satisfazer as exigências maioritárias de participação e melhorias das classes médias e populares. Privilegia certas empresas e ramos econômicos, certas classes e regiões, em detrimento das restantes. Gera e multiplica tensionamentos, conflitos e antagonismos [...] exige muita concentração do poder e imposição de uma ordem autoritária extrema para o logro da submissão das maiorias (Kaplan, 1981, p. 87, tradução livre).

A manutenção desse modelo de acumulação com reconcentração econômica só se fez possível pela disseminação, na segunda metade do século XX, principalmente América do Sul, de regimes ditatoriais que mantiveram sob controle as massas, assim como os conflitos na esfera das classes dominantes. As soluções autoritárias e totalitárias do período têm sido tratadas por Kaplan (1978; 1981) como próximas de um modelo fascista *sui generis*, contribuindo para o debate sobre o autoritarismo interventor como a forma política assumida pelo Estado contrarrevolucionário para aperfeiçoar o caminho que o levaria à nova dependência no capitalismo neoliberal.

Embora Kaplan defenda o intervencionismo como traço característico do Estado na América Latina, o autor afirma que, no grande período em tela, tal tendência tornou-se ainda mais evidente em função de que “a instauração e avanço do neocapitalismo não são nem podem ser resultado de um processo espontâneo e autorregulado” (Kaplan, 1981, p. 91, tradução livre), tendo-se demandado, assim, a intervenção cada vez mais direta e dinâmica do Estado periférico e dependente – ainda que de forma variável, a depender do caso concreto – nos processos de estruturação e reprodução da sociedade.

A necessidade de maior intervenção do Estado nacional subalterno dizia respeito àquelas funções relativas à produção das condições sociais e materiais (sobretudo as referentes à

infraestrutura econômica e social e outras atividades básicas) essenciais para o funcionamento e expansão, no período em tela, das empresas monopolistas nacionais e estrangeiras, mas que não queriam ou não podiam ser por tais empresas produzidas. Segundo Kaplan, como agente de transformação, o Estado assumiu, assim,

[...] a garantia social das condições gerais do processo de estruturação e reprodução do neocapitalismo tardio e dependente, sobretudo através de suas funções de organização coletiva e política econômica, contribuindo, de maneira decisiva, para possibilitar historicamente o processo de mudança que levou à instauração da sociedade neocapitalista dependente (Kaplan, 1981, p. 92, tradução livre).

Da leitura do autor, resta que cabia ao Estado preservar, em definitivo, os fundamentos e requerimentos do modelo em questão. De fato, o Estado tinha a cargo a formulação e execução de políticas públicas relativas à orientação, à estrutura e ao funcionamento da economia e da sociedade, bem como o reconhecimento e a hierarquização das necessidades coletivas e setoriais, além da mobilização de recursos para a satisfação das referidas necessidades. Por sua vez, em matéria de política externa, embora o Estado dependente servisse à ação condicionante e determinante das corporações e dos Estados da potência hegemônica e de outras metrópoles imperiais, em todos os níveis e aspectos da realidade nacional, Kaplan esclarece, contudo, que tal Estado não se tratava de um mero instrumento passivo a serviço dos interesses estrangeiros e dos nacionais a ele associados, pois, de fato, ele existia em função da realidade nacional local e dos tensionamentos e conflitos entre tal realidade e a das metrópoles (Kaplan, 1981). Fica, aqui, retratada essa característica do Estado latino-americano, mencionada na primeira seção deste trabalho, referente à função de mediação entre os grupos internos e externos, entre a autonomia e a dependência que o Estado assume na região.

Às funções tradicionais do Estado oligárquico tradicional, no período sob estudo, o Estado acumulou, como dito, as novas funções relativas ao estabelecimento e à garantia das novas condições de existência e reprodução do neocapitalismo, levando-o a reforçar e ampliar seu aparelho (e sua burocracia político-administrativa) como centro autônomo de decisões em meio aos interesses em disputa. Segundo Kaplan, ainda que o Estado latino-americano do período expressasse o vigor do neocapitalismo tardio e dependente e institucionalizasse as relações de dominação correspondentes, isso não nos autoriza a conceber uma subordinação mecânica e instrumental do Estado à vontade política das classes dominantes. Retomando aqui as lições do autor comentadas na primeira seção deste trabalho, a infraestrutura socioeconômica não apenas

não determina de maneira mecânica e linear a esfera do político, mas antes cria a necessidade da sua autonomização relativa. É na separação entre as estruturas política e econômica que a autonomia relativa do Estado tem lugar, e é em meio à luta política, na conjuntura concreta, que ela se expressa mais claramente.

Conforme Kaplan (1981), para o cumprimento das novas funções necessárias ao neocapitalismo tardio e dependente, o Estado na região se coloca por cima da sociedade, centralizando seus poderes e aumentando capacidades de tomar partido em meio aos interesses em conflito; volta-se organizador; hipertrofia-se. Esse quadro se relaciona, também, com a necessidade de a tecnoburocracia civil e militar do Estado se apresentar (e em parte sê-lo realmente) como instância autonomizada e superior a todas as classes e grupos, garantindo a coerência, a estabilidade e a sobrevivência do sistema.

### ***O Leviatã crioulo na globalização neoliberal***

Questionando as profecias sobre a decadência ou extinção do Estado nacional no período contemporâneo da globalização neoliberal, Kaplan (2008, p. 416, tradução livre) afirma que o Estado latino-americano é “pré-requisito para o avanço da globalização”. Ainda que renunciando a parte significativa da sua soberania em favor das agências e regulações internacionais, o Estado na América Latina segue sendo, para o autor “uma força poderosa” perante os constrangimentos e exigências decorrentes da globalização neoliberal, fase essa caracterizada, segundo o autor, pela confluência de processos de alta concentração do poder e de valorização do capital em escala mundial, tais como a transnacionalização, a terceira revolução tecnológica e a nova divisão internacional do trabalho (Kaplan, 1996; 2008).

No referente ao plano externo, o autor reforça a necessidade de problematizar a ideia clássica de soberania total, absoluta e monolítica face às “infrações à soberania e restrições ao exercício da autonomia de ação” (Kaplan, 2008, p. 414, tradução livre) sofridas, no período em tela, pelos Estados subalternos latino-americanos. Acrescenta, contudo, que, assim como a globalização neoliberal não avança de maneira uniforme em todo o mundo e para todos os Estados, as restrições à soberania e à autonomia decisória também são conjunturalmente variáveis, abrindo-se espaços para a aquisição de margens de autodeterminação nacional. Nesse sentido, segundo o autor, “a economia mundial e o sistema interestatal têm desníveis e descontinuidades; criam ou usam brechas e nichos; abrem espaços de autonomização e reforço da soberania para Estados que queiram e tenham capacidades para aproveitá-los” (Kaplan, 2008, p. 414, tradução livre).

Já no que diz respeito ao plano interno, são os supramencionados constrangimentos e exigências decorrentes da globalização neoliberal os que incrementam, segundo Kaplan, a “necessidade da intervenção, da mediação arbitral e da reitoria do Estado, como garantia da vigência das condições gerais de reprodução dos respectivos sistemas, de recuperação da coerência, do logro do equilíbrio e da continuidade, do crescimento e da governabilidade” (Kaplan, 2008, p. 415, tradução livre). Questionando, em definitivo, as premissas do receituário neoliberal, principalmente a de não intervenção do Estado na dinâmica socioeconômica, à luz da experiência histórica, nosso autor afirma que

[...] paradoxalmente, as reformas neoliberais têm se desenhado e implementado mediante um forte intervencionismo estatal e práticas autoritárias: uso de poderes presidencialistas, de regimes de exceção, de instrumentos e mecanismos populistas, corporativistas e clientelistas, e de controle e repressão (Kaplan, 2008, p. 416, tradução livre).

Resulta evidente, por sua vez, que tal intervencionismo estatal, como traço marcante do “novo Estado democrático de direito” na América Latina, perdura e se reforça, nesse período, em função dos impactos regressivos das reformas e políticas neoliberais em todas as frentes da vida social. Segundo Kaplan, os países latino-americanos vêm sendo impactados, no período sob discussão, grosso modo, pelos efeitos de um “quadrilátero diabólico”, caracterizado pela crise e decomposição econômicas; pela dissolução social; pelas deformações e carências culturais; pela instabilidade e anarquização políticas e deslegitimação do Estado (Kaplan, 1996; 2008). Conforme o autor, a decomposição econômica e a dissolução sociocultural se entrelaçam com a anarquização política e com um Estado que, sem conseguir articular os principais atores e interesses da sociedade e absorvido pelas dificuldades da sobrevivência imediata, vai se tornando cada vez mais autoritário, repressivo e regressivo (Kaplan, 1996; 2008).

Concluimos, assim, essa segunda parte deste trabalho, tendo oferecido uma sistematização dos principais elementos relativos à caracterização e à periodização kaplanianas do Estado periférico e dependente latino-americano. Procedemos, a seguir, à formulação dos comentários de encerramento.

## **À GUIA DE CONCLUSÃO**

O cientista social latino-americano Marcos Kaplan dedicou grande parte da sua vida intelectual a pensar e refletir sobre o Estado na região. Buscamos, aqui, condensar algumas das suas formulações mais relevantes para a compreensão do assunto em tela. Devido ao desdobramento da contribuição do autor ao discutir o Estado nos níveis teórico e histórico, optamos por tratar, na primeira parte deste trabalho, sobre o chamado “enfoque histórico-estrutural”, que perpassa a vasta obra do autor. Tal seção não apenas presta contribuições à problematização da noção de Estado neutro e impessoal e chama a atenção para as limitações da abordagem institucionalista liberal, mas, também, recupera, no contexto da teoria política marxista, as caras noções de indissociabilidade entre política e economia e de autonomia relativa do Estado para a análise do fenômeno estatal capitalista. Por fim, como a preocupação teórica do autor esteve sempre vinculada ao Estado da formação social latino-americana, cristalizando-se no arcabouço teórico-analítico de Kaplan a sua reivindicação do concreto, o desdobramento de tal noção de autonomia no plano externo e a questão da dependência mostraram-se de grande valia para a discussão.

Já na segunda seção deste trabalho, através da sistematização em torno da caracterização e da periodização do autor sobre o Estado na América Latina, conseguimos identificar algumas linhas-mestras no pensamento de Kaplan. Em primeiro lugar, emerge claramente a já mencionada autonomia relativa do Estado, pondo-se em evidência a necessidade de se pensarem as margens de ação do Estado, nos planos internos e externo e em conjunturas específicas, para além de qualquer mecanicismo ou linearidade. Em segundo lugar, ao pensar o intervencionismo estatal e a dependência externa como regularidades históricas na região, reforçando-se mutuamente, nosso autor consegue se contrapor ao discurso ideológico liberal, questionando as noções de não intervenção estatal e de dualismo estrutural, e situando o papel do Estado e das suas tarefas no projeto produtivo que se busca implantar (e nas contradições que desse projeto emergem). Em terceiro lugar, a reivindicação do concreto e a sua materialização no enfoque histórico defendido por Kaplan expressam a relevância de uma postura investigativa sobre o estatal que olhe para o particular das suas condições históricas concretas, para aquilo que as sociedades latino-americanas têm em comum, como forma de recuperar perspectivas menos fragmentárias sobre *Nuestramérica*. Por fim, esperamos, através deste trabalho, ter chamado a atenção não apenas para a necessidade de discutirmos criticamente a questão do Estado na nossa região, mas, também, para fazê-lo resgatando as contribuições dos nossos cientistas sociais clássicos, contribuições essas que, como ficou aqui evidenciado, representam valiosos subsídios à reflexão atual.



## REFERÊNCIAS

BECERRA-RAMÍREZ, Manuel (coord.). **Homenaje a Marcos Kaplan**. México: UNAM, 2005a. Disponível em: <http://ru.juridicas.unam.mx/xmlui/handle/123456789/10700> Acesso em 11 set. 2023.

BECERRA-RAMÍREZ, Manuel. Marcos Kaplan, un científico social. Semblanza. In: BECERRA-RAMÍREZ, Manuel (Coord.). **Homenaje a Marcos Kaplan**. México: UNAM, 2005b, pp. 1-9. Disponível em: <http://ru.juridicas.unam.mx/xmlui/handle/123456789/10700> Acesso em 11 set. 2023.

GRANATO, Leonardo. **O Estado latino-americano: Teoria e história**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

KAPLAN, Marcos. Estado, dependencia externa y desarrollo en América Latina (Notas para un esquema analítico). **Estudios Internacionales**, Santiago, vol. 2, n. 2, 1968 pp. 179-213. <https://doi.org/10.5354/0719-3769.1968.19205>.

KAPLAN, Marcos. **El Estado en el desarrollo y la integración en América Latina**. 1ª Ed. Caracas: Monte Ávila Editores, 1969.

KAPLAN, Marcos. **Aspectos políticos de la planificación en América Latina**. 1ª Ed. Montevideo: Biblioteca Científica, 1972.

KAPLAN, Marcos. **Formación del Estado nacional en América Latina**. 2ª Ed. Buenos Aires: Amorrortu, [1969] 1976.

KAPLAN, Marcos. El Leviatán criollo: Estatismo y sociedad en la América Latina contemporánea. **Revista Mexicana de Sociología**, México, vol. 40, n. 3, 1978, pp. 795-829. <https://doi.org/10.2307/3539666>

KAPLAN, Marcos. **Aspectos del Estado en América Latina**. 1ª Ed. México: UNAM, 1981.

KAPLAN, Marcos. La teoría del Estado en la América Latina contemporánea: el caso del marxismo. **El Trimestre Económico**, México, vol. L(2), n. 198, 1983, pp. 677-711. <http://www.jstor.org/stable/23395699>

KAPLAN, Marcos. **Estado y sociedad**. 4ª Ed. México: UNAM, [1978] 1987.

KAPLAN, Marcos. El Estado y la teoría política y constitucional en América Latina. In: GONZÁLEZ-CASANOVA, Pablo (Coord.). **El Estado en América Latina: Teoría y práctica**. 1ª Ed. México: Universidad de las Naciones Unidas; Siglo Veintiuno, 1990, pp. 70-107.

KAPLAN, Marcos. **El Estado latinoamericano**. 1ª Ed. México: UNAM, 1996. <http://ru.juridicas.unam.mx/xmlui/handle/123456789/8991>

KAPLAN, Marcos. Ciencia Política e interdisciplina: una perspectiva teórica del Estado latinoamericano. Entrevista con Marcos Kaplan. [Entrevista concedida a Héctor Zamitiz Gamboa]. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, México, vol. 44, n. 176, 1999, pp. 183-200.

Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rmcpys/article/view/49016/44079>  
Acesso em 11 set. 2023.

KAPLAN, Marcos. **Estado y globalización**. 1ª Ed., 1ª Reimpressão. México: UNAM, [2000]  
2008. <http://ru.juridicas.unam.mx/xmlui/handle/123456789/9251>